

João Pessoa, PB, 19 a 25 de dezembro de 2011 - nº 52 - Ano XIV

Governo não cumpre a Lei

DECEPCIONANTE! É como o Sindifisco-PB classifica o reajuste anunciado pelo Governador Ricardo Coutinho, que continua sem cumprir a Lei do Subsídio. O percentual de 5% anunciado para janeiro é menos de 1/3 do que a categoria fiscal tem direito por Lei, protelando ainda mais o que já deveria ter sido cumprido desde janeiro de 2011. O reajuste proposto não cobre nem a inflação do período.

Além disso, o Governo não se posicionou sobre os passivos referentes a este ano, direito conquistado pela categoria em função do seu desempenho em 2010, quando os auditores fiscais alcançaram sucessivos incrementos na arrecadação.

O Governo continua sem negociar e segue tentando impor suas posições ao Fisco e às diversas categorias, num total desrespeito ao Estado Democrático e de Direito.

Vitória no Legislativo

O adiamento da votação das Medidas Provisórias 183 e 184 na Assembleia Legislativa é uma vitória da categoria fiscal e da sociedade paraibana. Havia expectativa de as MPs entrarem na “ordem do dia”, no entanto as matérias foram retiradas da pauta da última sessão ordinária do ano, realizada terça-feira última (20).

A AL-PB retoma o debate em 2012, dando oportunidade de discussões mais aprofundadas entre deputados e a sociedade, quando acreditamos que os parlamentares, enfim, rejeitarão as matérias notadamente prejudiciais à Administração Tributária, com riscos evidentes ao sigilo fiscal dos contribuintes.

Os textos das MPs foram rejeitadas na Comissão de Constituição e Justiça da AL por inconstitucionalidade, pois as matérias deveriam tramitar como Projeto de Lei, uma vez que não têm urgência ou relevância para sua aprovação. A MP 183 cria a Secretaria da Fazenda, já a 184 disciplina a ocupação dos cargos em comissão na administração tributária.

Governo ameaça políticas públicas e a livre concorrência

Diante da tentativa do Governo Estadual de fundir, por Medida Provisória, a Secretaria das Finanças com a da Receita, entidades nacionais, a exemplo da Fenafisco, Febrafite e mais 30 sindicatos do País, têm demonstrado preocupação ante o retrocesso que está acontecendo na Paraíba.

A preocupação dos presidentes da Fenafisco, Manoel Isidro, e da Febrafite, Roberto Kupski, foi externada durante reunião com o presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado Ricardo Marcelo. Os presidentes do Sindifisco-PB, Victor Hugo, e da Afracp, Alexandre José, também participaram da reunião.

Conforme as entidades, a Paraíba vai na contramão da tendência nacional e mundial de autonomia à Administração Tributária. A falta de autonomia além de comprometer a arrecadação de recursos indispensáveis à implantação das políticas públicas de Governo, prejudica a livre concorrência entre empresas.

Compromissos assumidos

Diante da expectativa de as MPs entrarem em pauta de votação na AL-PB, o Sindifisco-PB mobilizou os auditores fiscais, que ocuparam as galerias da Casa e protestaram contra as matérias enviadas pelo Governo do Estado.

Deputados garantiram apoio à luta do Sindifisco-PB ao passo que criticaram o Governo, fazendo um balanço negativo da gestão. Os parlamentares ao registrarem a presença dos auditores fiscais na última sessão do ano, destacaram também o nível de mobilização da categoria em torno do interesses da Paraíba. No seu pronunciamento, o auditor fiscal e deputado Doda de Tião disse estar solidário à classe fiscal e assumiu o compromisso de não votar qualquer matéria contrária aos interesses do Fisco.

Boas Festas

As festas de final de ano fazem-nos refletir a respeito das grandes lutas travadas em 2011 e renovar os ânimos para as batalhas que aguardam a categoria fiscal em 2012. Que possamos, nesse Natal, reafirmar que nossa unidade é a força para construirmos, sempre, uma sociedade melhor e mais igualitária para todos.

Bitributação

A decisão do STF de suspender a Lei Estadual que estabelece bitributação nas compras eletrônicas na Paraíba é uma vitória da sociedade. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contestando a cobrança é de autoria da OAB-PB, que recebeu do Sindifisco-PB um qualificado estudo que subsidiou a ação da entidade.

O Sindifisco-PB, embora defendendo o princípio “do destino”, entende também que a forma como o Estado está procedendo fere a Constituição Federal.

Fórum dos Servidores

Em reunião do Fórum dos Servidores, quarta-feira última (21), as entidades afirmaram que os percentuais de reajustes divulgados pelo Governador não satisfazem nenhuma categoria, pois estão muito aquém do esperado, ante as promessas de valorização das classes feitas na campanha eleitoral e o arrocho salarial implantado neste ano.

O Governador definiu os percentuais sem que houvesse nenhuma reunião com as entidades, desmentindo secretários e o próprio Governador, que anunciaram rodadas de negociações.